



A AMAZÔNIA E O PROJETO CALHA NORTE (*)

Silvio Meira

Neste artigo, o autor apresenta, fundamentadamente, diversos aspectos da realidade amazônica e de seus habitantes indígenas. Revela preocupações que reforçam os argumentos que justificaram o Projeto Calha Norte, cuja criação ele aplaude, com entusiasmo.

A AMAZÔNIA E A GUIANA BRASILEIRA

Em 1887, o cientista francês Henri Coudreau publicou, em Paris, dois livros notáveis a respeito da região do extremo-norte do Brasil, à margem esquerda do Amazonas e até as lindes com as três Guianas, a Venezuela e a Colômbia. São livros de extraordinária importância científica e política. Eles estudam a fauna, a flora e os minerais da "Guiana Brasileira", dedicando alguns capítulos, inteiros, aos índios, à vegetação, às riquezas de toda ordem que conseguiu observar, com olhos de

sábio, naquela vasta extensão de terras. Ali há de tudo: florestas densas, ao sul; campos gerais próprios para a pecuária; serras de pequenas proporções, ao norte do Pará, e mais altas, em Roraima; rios encachoeirados e belíssimos, como o Paru (de leste e do oeste), o Jari, o Maicuru, o Trombetas, o rio Negro, o rio Branco e muitos outros.

Deslumbrado com tanta riqueza abandonada, Coudreau chamou a atenção da França para a região, e sugeriu que a sua pátria conquistasse aquelas terras e ali instalasse a França Equinocial.

Sempre fora sonho dos franceses ter uma outra França — a França Antártica, no hoje Estado do Rio de Janeiro, de onde foram expulsos à força;

(*) Selecionado pelo PADECME

a França Equinocial, primeiramente no Maranhão, onde fundaram São Luís, e de onde também foram corridos pelas armas luso-brasileiras; da foz do Amazonas, onde se haviam recolhido com ingleses e holandeses, aliçados graças à bravura de homens como Pedro Teixeira, Costa Favela, Maciel Parente, e tantos outros.

Derrotados por todo lado, eles se recolheram e, com seus dois contemporâneos ambiciosos, deixaram-se ficar nas três Guianas, a inglesa, a holandesa e a francesa, as duas primeiras hoje nações independentes e a terceira, não sabemos por que, ainda colônia em pleno território americano.

O grito de alerta de Henri Coudreau foi ouvido, não só na França, como em outras nações poderosas, que voltaram suas vistas para a fabulosa Hiléia. Vemos, por exemplo, no episódio histórico do Acre e conseqüente tratado de Petrópolis, a idéia, felizmente desbaratada, do *Bolivian Syndicate*, com interesses americanos por trás. Outros acontecimentos, já neste século, como o projeto fracassado da Hiléia Amazônica, em boa hora destruído pela ação benéfica do Estado-Maior das Forças Armadas e de patriotas como Artur Bernardes, na Câmara Federal, Augusto Meira, no Senado, e Artur César Ferreira Reis, em escritos variados.

Pois o grito de Coudreau, por volta de 1887 (data da publicação de um de seus livros em Paris), levou um século para ser ouvido pelos brasileiros!

Compreende-se. Os que têm acesso à Amazônia costumam penetrá-la através do curso do Rio-Mar. Entre este e as savanas do norte há muralha de

florestas densas e rios repletos de cachoeiras. Pelo Oiapoque o acesso é limitado a parte do seu curso. De forma que aquela imensa região, na qual caberiam várias nações da Europa, se não a Europa de oeste toda, ficou entregue à própria sorte.

Os cientistas estrangeiros a descobriram, Humboldt, pelo Orenoco, Stradelli,¹ Jules Nicolas Crévaux, Henri Coudreau e tantos outros a viram de perto e descreveram suas imensas riquezas. Minerais numerosos — ouro, cassiterita, bauxita, diamantes e muitos outros; campos de pastagens capazes de abrigar um dos maiores rebanhos do mundo;² madeiras de lei de todos os tipos; balatais;³ energia hidráulica por todo lado, todo esse império em que Henri Coudreau desejou se instalasse a sua “França Equinocial” e outros aventureiros tentaram implantar uma “República do Cunani”, tudo isso ficou durante um século à margem da História e das cogitações brasileiras.

Para os brasileiros, lamentavelmente, o Brasil só existia do Maranhão para baixo e suas atenções maiores se concentravam no leste e no sul, deixando a Amazônia como um quintal da pátria, no qual só havia cobras e

1. Leia-se a obra de Luís Câmara Cascudo sobre o cientista bolonhês.

2. Seria por isso que se atribui a Humboldt a afirmativa de que, um dia, a Amazônia será o “celeiro do mundo”?

3. Cultura de balateiras. Da família das sapotáceas, a balateira produz a balata, látex com grande porcentagem de guta-percha, procuradíssima nos mercados internacionais (vd. estudos de Huber e Paul le Coite).

jacarés. A própria geografia física era desconhecida pela maioria dos nossos compatriotas e, até, por homens colocados em altos postos da administração.

Felizmente, surgiu um grandioso projeto, no sentido de ocupar-se e valorizar-se a região, realizando o velho sonho de Coudreau a favor do Brasil. É o chamado "Plano (ou Projeto) Calha Norte", que vem provocando protestos de inimigos da pátria, muitos deles estrangeiros com interesses não bem definidos, estranhos opositores, alguns afirmando até que o Brasil "quer impor ali a sua soberania", como se fosse crime uma nação afirmar a sua soberania num território que é seu.

O plano é patriótico. Não há porque torná-lo secreto, a não ser naqueles aspectos que coincidam com a defesa nacional. É preciso divulgar, distribuir milhares de mapas pelas escolas, proferir conferências, mostrar aos brasileiros o tesouro de que são possuidores e que deve ser utilizado em proveito de todos.

Em alguns pontos, é verdade, o Plano merece reestudo.

A Aeronáutica, por exemplo, única via de acesso a algumas regiões, desempenha um papel fundamental e merece ser contemplada com maiores recursos. A construção de casas de madeira é outro erro, por melhor que seja essa madeira. Obra perene na Amazônia deve ser de pedra e cal, de cimento. Que sirvam de exemplo as fortalezas de São José de Macapá e Príncipe da Beira, edificadas pelos portugueses e ainda de pé. As casas de

madeira que se construíram na Transamazônica, em dois decênios apodreceram. A Amazônia hoje em dia possui fábricas de cimento em Manaus, no Amazonas, e em Capanema, no Pará, com matéria-prima abundante. Pedra não falta. Há montanhas nas proximidades. Sob esse aspecto, o plano deve ser reexaminado.

O Governo poderia dedicar maior atenção àquela região, a "Guiana Brasileira", geoeconomicamente mais vinculada ao Caribe, dada a sua vizinhança com Colômbia, Venezuela e as antigas Guianas, do que com o Atlântico, apesar de limitar com este oceano no Amapá.

A REGIÃO MARAVILHOSA E ESQUECIDA

Uma das regiões mais maravilhosas deste país, a qual não se tem proporcionado a merecida atenção, é, sem dúvida, a chamada "Guiana Brasileira", que se estende no setentrião brasileiro, do Amapá ao Rio Negro. Abrange áreas cortadas pelos rios que descem das montanhas, como o Jari, o Paru, o Maicuru, o Trombetas, e outros mais, repletos de quedas d'água. A zona é rica em minerais (já se explora a bauxita no Trombetas) e não exageramos se afirmarmos que, no curso superior do Paru até os limites do Jari, talvez se esconda uma outra Serra Pelada, repositório de ouro. Os nativos falam na existência de uma "grotta rica" entre os dois rios.

Diga-se mais que, naquele trecho da Amazônia, não há só selva e água.

Estendem-se ao norte, entre as montanhas e o vale, os campos gerais, propícios à criação de gado. Um grande conhecedor da região, Antônio Duarte de Brito, pioneiro construtor de campos de pouso e explorador de balata, afirmou-nos, por experiência própria, que aquelas vastas campinas se prestam admiravelmente à criação caprina.

Terra maravilhosa, com um clima que surpreendeu o cientista Henri Couderau, com áreas propícias à pecuária, vegetais que só ali se encontram, como a balateira, rica em minerais, está a merecer maiores e imediatas atenções por parte do poder público. Como que a coroar tal conjunto variado de riquezas, a obra da Criação ali fixou belezas naturais admiráveis, como, por exemplo, as cachoeiras do rio Paru (paralelo ao Jari e ao Maicuru), em que os redemoinhos e sumidores emprestam ao acidente natural um trágico esplendor.

Para que não pareça estarmos a tecer louvores literários, vamos agora passar à comprovação.

Em 1876 e 1877, um sábio explorador francês, financiado pela sua pátria, realizou viagens científicas ao Jari e ao Paru, seguindo então os Andes. Seu itinerário incluiu os rios Oiapoque, Paru, Içá, Japurá, isso depois de percorrer o Maroni e o Jari. Rumou, afinal, para o Orenoco. Suas observações se encontram em obra monumental, hoje rara, intitulada *Voyages Dans L'Amérique Du Sud, contenant: I — Voyage dans l'intérieur des Guianes (1876-1877) — Exploration du Maroni et du Yary; II — De Cayenne aux Andes (1878-1879) — Exploration de*

l'Oyapock, du Parou, de l'Içá et du Japurá; III — A través lá Nouvelle-Granade et la Venezuela (1880-1881) — Exploration en compagnie de M.E. le Jaune, du Magdalena, du Guairare et de l'Orenoque; IV — Excursion chez les Guarounos (1881). O livro contém 253 belas gravuras em madeira e foi editado em Paris, pela editora L. Hachette & Cie., em 1883.

Não se tratava de um aventureiro, mas de um homem de ciência, comissionado pelo ministério da instrução pública e da marinha da França.

Diz ele, logo à página 1, que deveria subir o rio Maroni até as nascentes, nos montes Tumucumaque “onde os antigos negreiros colocavam o país legendário do Eldorado”. (*Où les anciens négriers plaçaient le pays legendaire de l'El Dorado*).

À página 92, escreve que “os índios, pressionados sem dúvida pelas perguntas dos exploradores, ávidos de metal precioso, contaram que o homem dourado vivia em um palácio em que as paredes eram de ouro maciço”. Um desses templos teria sido encontrado às margens do Rio Jari, mas os exploradores ficaram desapontados ao verificar que se tratava de rochas micáceas, dando a impressão de ouro. Essa desilusão, porém, refere-se a um único episódio, porquanto, em outro passo, firma que “os montes Tumucumaque são constituídos por terrenos primitivos absolutamente idênticos àqueles que fornecem ouro da Baixa Guiana”. E completa: *Il y a tout lieu de croire qu'ils sont riches en productions aurifères* (pág. 91).

Por que os negreiros ali localizavam o Eldorado? Porque toda a zona é aurífera. As quantidades fabulosas de metal que saíram do Rio Calçoene no fim do século passado, via Caiena, foram o estopim para a guerra do Amapá, em que sobressaiu Veiga Cabral. O ouro foi a causa dos combates que culminaram com o “Laudo de Berna”, reconhecendo o direito do Brasil ao Amapá.

Toda aquela zona é rica em minerais e isso os franceses descobriram muito antes dos brasileiros, tanto assim que enviaram expedições, como a de Crévaux, em 1876. Quem contempla a carta geográfica, ali localiza, próximo às nascentes do Oiapoque, um pico chamado Crévaux.

Tentaram ainda os franceses criar uma nova nação — a República Independente do Cunani — abrangendo toda a Guiana Basileira, à margem esquerda do Amazonas, no século passado. O projeto fracassou, mas a idéia fixa ficou. Cremos, mesmo, depois de longos estudos, que o sábio francês Henri Coudreau, que depois se mostrou tão amigo do Brasil, trazia a missão política de investigar a região em proveito da sua pátria. Ele o afirma, em obra hoje rara: *La France Equinoxiale — Études Sur Les Guyanes Et L'Amazonie*, Paris, ed. Challamel Ainé, 1886.

À página 148 escreveu que “a descoberta do ouro na colônia fez barulho na metrópole” (*La découverte de l'or dans la colonie fit du bruit dans la Métropole*). E mais: *Napoléon III, flairant l'El Dorado, interdit d'abord formellement, par le décret de 30*

novembre 1855, l'exploitation des placers par les particuliers, réservant à la couronne seule la possession de ces trésors).

À página 432, afirma que *l'Amazonie formera très probablement, un jour peut-être très prochain, un État independant séparé du Brésil*. E aconselhava o governo francês a dedicar maior atenção à região e fomentar a colonização francesa. E se abria em declarações de amor pela terra: *Je l'aime beaucoup, ce coin de terre de Guyane et du Bas Amazone, ce beau domaine de l'ancienne France Équinoxiale* (pág. 433).

Veja-se que Coudreau não desvincula o Baixo Amazonas da Guiana. E já na Introdução afirmava: “A França Equinocial é possível? Caiena parece dizer não, mas a Amazônia responde sim.”

Em outro volume, complementar desse, assevera que a região da serra de Tumucumaque ao Rio Amazonas, cortada pelos rios Jari e Paru, está para toda a Itália como o Piemonte para a Itália. Quem dominar aquela área, dominaria a Amazônia!

Quem assim escreveu foi um cientista francês, que devassou os principais recantos amazônicos, deixando obras magníficas, que ele próprio ilustrava, sobre os cursos do Tapajós, Xingu, Tocantins, Itacaiunas, Cunani, Maicuru, Trombetas e outros rios.

Toda essa imensa área é facilmente ocupável, dado o seu clima saudável, à possibilidade de instalação de fazendas de bovinos e caprinos, em alguns pontos, à exuberância dos cursos

d'água, às riquezas vegetais e minerais que apresenta.

Um belo plano elaborado no decurso do governo do general Emílio Médici vinha abrir, para os olhos dos brasileiros, todas essas excelências: a estrada Perimetral Norte, de fins econômicos e estratégicos, que retiraria do isolamento um dos mais valiosos e disputados trechos do território nacional.

Por que quando Médici deixou o governo, essas obras foram paralisadas? Por que se desativou todo o plano, patriótico e necessário, inadiável? Quais as razões?

Creemos que a melhor colonização para a área seria a de sulistas e nordestinos, resistentes e bravos. Aberta aquela rodovia, os resultados a serem colhidos cobririam, em pouco tempo, todas as despesas. E o Brasil cresceria. A Amazônia, desguarnecida no sententrião, só defendida pelos acidentes geográficos, encontraria seu verdadeiro destino. É preciso sempre repetir com Henri Coudreau: "aquele é o Piemonte da Amazônia". Cuidemos dele, enquanto é tempo.

Não foram apenas os estrangeiros. Escritores nacionais já gritaram no passado, mas gritaram em vão neste país de surdos. Raimundo Morais escreveu: "Crônica sensacional para os geólogos que estudam nas aluviões as rechãs donde essas aluviões provieram, ela representa nos dois tributários (Jari e Paru) aqui mencionados, um seguro atestado de riqueza. Mas não é só à flor da terra que vêm as provas desse tesouro dormente no alto dos montes, é do subsolo também, no qual os na-

turalistas do tope de *Crévaux* encontraram ouro, níquel, prata, cobre, carvão, estanho, manganês, além de múltiplos minérios difíceis de enumerar numa resenha improvisada" (*Um eleito das graças*, Inst. L. Sodré, Belém, 1941).

Leia-se mais o que escreveram a respeito Henrique Santa Rosa, em *Pela Amazônia Paraense*, páginas 18 a 21; Paulo Eleutério em *Pela Guiana Brasileira*, página 11; Paul le Cointe, em *O Estado do Pará* (Cia. Ed. Nacional, 1945); Francisco Bernardino de Souza em *O Vale do Amazonas*.

Preferimos reproduzir no original as palavras de Henri Coudreau: "... *ce territoire au sud des montagnes, territoire qui commande l'Amazonie comme le Piemont commande l'Italie...*

É preciso dar mais atenção aquela área fabulosa onde deve haver muita Serra Pelada inexplorada.

A VERDADE SOBRE OS YANOMAMIS

Em 1971, o Museu de Etnografia de Genebra realizou exposição a respeito dos índios da Amazônia, especialmente os *Yanomami*, da fronteira com a Venezuela, os *Wayana*, dos limites com as Guianas, os *Urubu*, das proximidades do rio Gurupi, os *Kayapó*, da região do Xingu e os *Nambikuara*, das lindes com a Bolívia.

Dessa exposição resultaram estudos interessantíssimos sobre cada um desses grupos indígenas, diferentes entre si, quer nos costumes, quer nas línguas, quer nas tradições, quer no tipo físico.

A publicação oficial traz prefácio do diretor A. Jeanneret e uma concisa monografia de autoria de René Fuerst, acompanhada de mapas e dados científicos a respeito de cada uma daquelas mencionadas tribos. Outra é de Daniel Schoepf.

Tratando-se, como se trata, de publicação levada a efeito na Suíça e sob a orientação de eminentes homens de ciência, não há porque duvidar da autenticidade das informações que apresentam. Pelo contrário. Sua contribuição nesta hora torna-se valiosíssima, porquanto se pretende superestimar, perante o mundo, a situação real dos índios *Yanomami*, distorcendo dados, exagerando situações e divulgando inverdades. Tudo isso com a finalidade de retirar aos brasileiros a posse legítima de uma imensa área territorial, abarrotada de minerais, que nações estrangeiras, falsos antropólogos, falsos pastores e duvidosos religiosos (felizmente não todos), procuram subtrair à soberania nacional. O cientista suíço esteve na região em 1962 e 1969, e tomou parte na missão médica da Cruz Vermelha Internacional, em 1970 (pág. 23).

Os *Yanomami*, afirma René Fuerst, são mais caçadores e extratores, da mesma forma que os *Nambikuara* e os *Kayapó*, enquanto os *Wayana* e os *Urubu* se dedicam à plantação. A agricultura dos primeiros, entre eles os *Yanomami*, é rudimentar (pág. 9).

Antigamente eram conhecidos por outra denominação: *Waika*.

Do lado venezuelano, são chamados também *Yanoama*.

Sua localização geográfica é dos

dois lados da fronteira venezuelana, na região compreendida entre os afluentes do Orenoco. Do lado brasileiro, à margem direita do Rio Branco e margem esquerda do Rio Negro, ao norte do Estado do Amazonas e a oeste do Território de Roraima. Trata-se de uma das zonas mais acidentadas e cobertas das mais densas florestas na Amazônia.

O dado mais importante, no entanto, é o referente ao número de índios *Yanomami*, que permite verificar-se o exagero da área que lhe foi recentemente reservada.

Em território do Brasil, existem apenas de três (3) a quatro (4) mil índios; em terras da Venezuela, se acham dois terços do total, isto é, aproximadamente seis (6) mil indígenas. Reproduzimos o texto francês: *...en effet, si nous admettons que les Yanomami vénézuéliens constituent à peu près deux tiers de l'ensemble de la peuplade, le total de ses indiens au Brésil se monte à 3-4.000 individus; se divisant en groupes régionaux de quelques centaines de membres, ceux-ci n'entretiennent guere que des relations hostiles entre eux* (pág. 22).

Os próprios índios se hostilizam, se matam na floresta e possuem tradição de ferocidade, sob o epíteto de "matadores". E mais: são nômades, *toujours en fonction d'une vie itinérante*, com formas distintas de uma povoação a outra (... *présentente des formes distinctes d'une peuplade 'a l'autre*), como o afirma Fuerst, no citado trabalho.

Agora, indagamos: se se trata de apenas três a quatro mil índios do lado

brasileiro e seis mil do lado venezuelano, por que essa barulheira toda no campo internacional contra o Brasil, poupando a Venezuela? Resposta: é que no território nacional se acham localizadas as imensas reservas minerais, especialmente o ouro, os diamantes e o urânio. Nações poderosas necessitam do urânio. Se entregarmos a exploração do ouro a estrangeiros, não podemos impedir a saída do urânio e de outros minerais que lá existem.

Outra indagação: se são apenas três a quatro mil índios, por que então desalojar quarenta mil garimpeiros, que se acham no exercício legal de uma atividade protegida pela Constituição? Resposta: é que os garimpeiros são brasileiros autênticos, nordestinos, paulistas, gaúchos, mineiros e de outras procedências, homens bravos, que num caso de conflito armado saberão defender o território nacional, como o fizeram os seringueiros no Acre, no fim do século passado.

O Governo deveria incentivar o garimpo na região, a qual, no futuro, poderá (e deverá) constituir mais uma unidade da federação. E deve criar, quanto antes, o Território Federal de Yanomami, nomeando para dirigi-lo uma alta patente da Aeronáutica. A Constituição o permite (Art. 18, § 2º).

As forças internacionais que trabalham contra a ocupação brasileira são inidôneas.

Nações como a Inglaterra não têm autoridade para intervir nesse assunto, porquanto dominou cruelmente, durante séculos, a Guiana Inglesa (hoje república democrática), deixando um rastro de misérias e destruição. Devas-

taram tanto as matas que a catedral de *Georgetown* (a maior do mundo no gênero), é toda de madeira.

A antiga Guiana Inglesa possui um território de 215.000km² (duzentos e quinze mil quilômetros quadrados), dominados britanicamente desde 1803 e independente a partir de 1970. Conhecemo-la de perto. Lá estivemos em missão oficial em 1975. Que fizeram os ingleses pela ecologia, pelos índios guianenses? Nada. Exploraram quanto puderam o subsolo, extraindo a bauxita, poluindo os rios e florestas. Arrancaram do solo cana-de-açúcar, para produção do seu *rhum*, arroz e muita madeira, que deve guarnecer atualmente as habitações da Inglaterra.

Por que, então, essa orquestração internacional contra o Brasil por povos, como o italiano, responsável pela guerra mais covarde da história da humanidade, contra os pobres abissínios; igualmente o francês, que até hoje não retira as plantas da única e derradeira colônia das Américas, a Guiana?

É preciso fazer um movimento mundial pela independência da Guiana. O Brasil deve contra-atacar! Para cada um desses povos, complexados por crimes históricos e milenares, há um argumento ou uma medida de defesa.

Voltamos à pergunta: como sacrificar quarenta mil brasileiros em nome de quatro mil índios?

Os índios devem ser assistidos, amparados. Temos pelos silvícolas o maior carinho, e os próprios garimpeiros podem contribuir com uma parcela de seu lucro para a conservação dessas tribos.

Por outro lado, se os aviões com

socorros descem em pistas na floresta, estas foram abertas pelos garimpeiros. O único benefício da região se deve a eles. E não estão sendo indenizados. São benfeitores de boa-fé que o Código Civil protege, admitindo o direito de retenção (Art. 516), até serem indenizados.

No entanto, faz-se exatamente o contrário.

O argumento de que os garimpeiros levam doenças aos habitantes da selva é outra inverdade.

Os índios são, historicamente, enfermos. A malária é nativa. Os garimpeiros adquirem-na, transmitida pelos mosquitos que picam os selvagens. Há doenças estranhas entre os índios. Roquette Pinto, em excelente estudo publicado no livro *Rondônia* (Brasiliense, nº 39) e Olímpio da Fonseca Filho, fazem alusão à *ferida brava: leishmaniose tegumentar, úlcera fragedênica tropical e ectima* (cit. págs. 62 e 63), tudo isso aliado à verminose e outras enfermidades próprias da selva, como a febre amarela silvestre, transmitida pelos macacos, e algumas ainda desconhecidas.

Querer culpar os garimpeiros pelas doenças indígenas, é um absurdo.

É preciso estudar e esclarecer o povo brasileiro, sempre mal informado. E contestar os acusadores, quer sejam "pastores de almas", quer sejam "pastores de pepitas" ou reis da Inglaterra.

INDIANISMO E LATIFÚNDIO

Não poucas vezes temos escrito em

jornais e falado em conferências em defesa dos indígenas brasileiros.

Eles são objeto, hoje, de atenções universais, por algumas nações que se mostram sensibilizadas por sua causa, quando elas próprias destruíram os habitantes autóctones no passado. Outras, por serem européias, jamais conviveram com essa parcela da humanidade. E têm suas histórias banhadas de sangue humano, quer em guerras externas injustas, quer em suplícios em noites de São Bartolomeu, inquisições, guilhotinas, câmaras de gás e outras misérias.

À falta de assunto, ou talvez para esconder suas próprias mazelas históricas, voltam-se agora para os índios brasileiros, como se o Brasil não tivesse governo, nem homens capazes de resolverem seus problemas.

Há outra causa por trás disso tudo. São os minerais abundantes, só descobertos em certas regiões nas últimas décadas, apesar dos relatos antigos de viajantes, cientistas e exploradores, entre eles os franceses Jules Nicolas Crévaux e Henri Coudreau, que devastaram a Amazônia brasileira. São as riquezas vegetais, valores admiráveis, também objeto de estudos científicos magníficos, entre muitos por Von Martius, pelo italiano Stradelli (biografado por Luiz de Câmara Cascudo), Von Humboldt que, penetrando pelo Orinocó, foi mal interpretado pela Corte, ao tempo de Dom João VI, como se fora um estranho aventureiro, perigoso para a política luso-brasileira daquele tempo. Citem-se mais Walter Raleigh (1595), Keymis (1596), Harvey (1608), Simon et Edmée Mentelle

(1782), Thiebault (1819), Leprier (1831), Adam le Bauve (1833), Peyron (1857).

Mas voltemos aos índios.

Essa gente que se propõe protegê-los não tem amor nenhum as silvícolas, mas às terras que eles ocupam, as quais, por preceito constitucional, pertencem à União.

É preciso rever as autorizações para penetrar na Amazônia de certos indivíduos que se dizem "missionários" e algumas entidades, que se apresentam como científicas. Agora mesmo o governo brasileiro, num primeiro ato louvável de afirmação de nossa soberania, expulsou da Amazônia um grupo de franceses com seus balões, que deveriam andar à cata de minerais e não de conclusões científicas.

A Guiana Francesa possui também floresta amazônica e índios. No entanto, esses expedicionários preocupam-se com o nosso território, quando, ali bem perto, possuem áreas que são um prolongamento do Brasil, além das serras Acaraí e Tumucumaque, e do rio Oiapoque.

Não é estranho? A Guiana, historicamente desprezada pela França, continua sendo um enclave colonial na América do Sul, de difícil aceitação. No entanto, as nações antiimperialistas conservam um silêncio tumular a respeito. Por que não exploram as matas guianenses?

Voltemos, de novo, aos índios.

A luta pela demarcação de terras indígenas nem sempre apresenta um propósito sadio. É fácil demonstrar, tendo em vista a desproporção entre

os números de habitantes silvícolas e as áreas pretendidas ou já asseguradas.

Temos em mãos estatísticas oficiais referentes às zonas indígenas sob a jurisdição da 4.^a Superintendência Executiva Regional da Funai, no extremo-norte do país. Foram-nos fornecidas pela própria Funai.

Na área indígena do Uaçá, município do Oiapoque, Estado do Amapá, existe uma população de *Karipunas*, *Palirur* e *Galibi Marworno*, num total de 2.536 índios, aos quais foi reservada uma área de 454.660 hectares.

Na Juminã, para apenas 83 (oitenta e três) índios *Karipuna* e *Galibi Marworno*, foi delimitada uma extensão de 24.000 hectares (vinte e quatro mil). Dividam-se os 24.000 ha por 83 índios e ver-se-á que latifundiários na Amazônia nem sempre são os "brancos".

Na Galibi, no mesmo Estado, para 93 índios foram reservados 6.689 hectares, pela Portaria n.º 1.369/E, de 24.08.82, e homologada a demarcação, pelo Decreto n.º 87.844, de 21.11.82.

Na Waiapi, nos municípios de Macapá e Mazagão, no mesmo Estado do Amapá, para uma população de apenas 290 índios foi reservada uma porção de terra com 543.000 hectares! Vamos repetir: quinhentos e quarenta e três mil hectares para duzentos e noventa silvícolas, que se enquadrariam, perfeitamente, na categoria de latifundiários, de acordo com as definições do Estatuto da Terra, promulgado no governo Castelo Branco. E latifundiários que não produzem.

Eis aí.

O colono nacional, especialmente o nordestino e o migrante do Rio

Grande do Sul, Paraná, Minas e outras unidades da federação, que se deslocam para a Amazônia, em busca de trabalho, teriam direito, pelo plano ocupacional do Incra para a Transamazônica, a um lote de 500m x 500m, para agricultura, um pouco maior para a pecuária.

Fazendas produtivas, em todo o Brasil, embora estagnadas por falta de recursos de seus proprietários, têm sido desapropriadas. E já houve até um projeto, gorado em tempo, em que se desapropriava todo o município de Londrina!...

No parque indígena de Tumucumaque, município de Almeirim, Óbidos, Oriximiná e Alenquer, para 757 (setecentos e cinquenta e sete) índios das tribos *Waiana-apalai*, foram reservados 2.700.000 ha, em virtude do Decreto n.º 62.998, de 16.07.1968.

Evidentemente, isso é um exagero.

Explique-se que aqueles municípios são riquíssimos em minerais.

Certa vez, um ex-prefeito de Alenquer, Antônio Brito, entregou-nos um pacote de ametistas brutas, sem valor comercial (e que está à disposição de quem quiser vê-las), que colheu à flor da terra naquela região.

Assim se explicam os interesses "humanitários" de nações, "cientistas" e "missionários", que desejam explorar-nos, usando como escudo o índio.

É preciso reagir, e já. E pô-los fora a toque-de-caixa, como o fizeram nossos antepassados.

OS ÍNDIOS E SEUS DIREITOS

Há um equívoco muito grande, geralmente difundido, a respeito dos direitos dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Fala-se muito em "terra dos índios", como se fossem eles titulares do domínio. O próprio "Índice Temático" da Constituição em vigor contém essa expressão, dando a entender que são "proprietários" das áreas que ocupam.

Errado.

Os silvícolas, na verdade, não são mais do que "ocupantes", e seus direitos se limitam ao usufruto. As terras são propriedade da União, nos termos do Art. 20, inc. XI, da Carta Federal: "São bens da União: V — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios."

A primeira condição é que a ocupação seja tradicional, imemorial. Daí decorrem direitos assegurados nos Arts. 231 *usque* 232. O Art. 231 manda proteger a organização social, os costumes, línguas, crenças e tradições e direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Verifica-se, dessa forma, que não existem terras de que sejam proprietários. Seus direitos se limitam à superfície, ao solo, não se estendem ao subsolo. O § 2º do Art. 231 alude expressamente a usufruto: "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes."

Tudo isso está subordinado ao su-

perior interesse público. Tanto assim que o § 5º do citado artigo prevê a possibilidade de remoção de grupos indígenas, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco a sua população ou no interesse da soberania do País.⁴

A esta altura, indagamos: — que é o usufruto?

Di-lo o Código Civil e o confirma a tradição milenar do Direito (Art. 713 e segs.): “Constitui usufruto o direito real de fruir a utilidade e frutos de uma coisa, enquanto temporariamente destacado da propriedade.”

É um direito real sobre a coisa alheia, aquilo que os romanos chamavam *jus in re aliena*. Um direito que pressupõe a existência de um titular da propriedade, senhor do domínio direto, que, no caso em exame, é a União. Esta, sim, é a proprietária.

O direito de propriedade se triparte em: direito de usar (*jus utendi*), direito de fruir (*jus fruendi*) e direito de dispor (*jus abutendi*). O titular pleno do domínio, sem restrições de direitos alheios, dispõe dessas três categorias de direitos e pode usar a coisa, colher os frutos naturais ou civis, dispor dela, podendo hipotecar, permutar, alienar em suma.

O usufrutuário tem a seu favor apenas as duas primeiras modalidades: usar e fruir. E esse é o direito dos índios: não podem hipotecar nem alienar sob qualquer de suas categorias (permutar, vender, doar etc.).

4. Deveria usar-se a palavra Nação, em vez de País.

Amarrados a essas restrições legais, os índios, em sua ignorância, julgam-se “donos” das terras. E muita gente diplomada, nas faculdades ou em seminários, ainda confunde um *jus in re* com um *jus in re aliena*.

Outro aspecto digno de menção é que se estão demarcando áreas centenas de vezes superiores às elementares necessidades indígenas, sob pressão de “forças ocultas” ou mesmo “forças ostensivas”, que não amam o índio, mas o ouro e os diamantes que essas terras abrigam.

Seria de toda conveniência que o governo fizesse infiltrar *curiosi* (como diziam os romanos) nas áreas indígenas em que trabalham falsos pastores de almas, a fim de verificar como vivem os índios e como vivem esses amigos dos direitos humanos. Quase sempre são estrangeiros, inimigos da soberania brasileira, que ensinam inglês ao silvícola, procurando aliená-lo da pátria.

E tanto é verdade que as áreas objeto de reserva são muito superiores às necessidades que, abandonadas, são objeto de ocupação por garimpeiros brasileiros, numa atividade lícita e perigosíssima.

A Constituição prevê a remoção de grupos indígenas enfermos. No entanto, pretende-se remover maior número de brasileiros, considerados verdadeiros apátridas, para os quais, em última análise, torria-se necessário invocar a legislação de proteção aos animais.

Certos falsos “missionários” e cantores de *rock* estrangeiros não se apiam das famílias dos garimpeiros

mortos ou contaminadas de malária, verdadeiras párias nos limites da pátria.

Estes não são filhos de Deus, são animais que devem ser escorraçados.

Prof. Dr. SILVIO AUGUSTO DE BASTOS MEIRA (Silvio Meira) — *ex-membro do Conselho Federal de Cultura, é Professor Catedrático de Direito Romano e Emérito da Universidade Federal do Pará. Possui bolsas de estudo na Alemanha (1956/57) e na Itália (1942). Oficial R2 de Infantaria (CPOR), cursou a Escola Superior de Guerra em 1970, tendo sido o orador da turma. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e similares do Pará e Goiás, bem como das Academias Carioca, do Rio de Janeiro, Paraense, Alagoana, Acreana, Riograndense do Norte, Parabana e Goiana de Letras. Jurista, historiador e romancista, é detentor dos Prêmios Teixeira de Freitas — do IAB, Clío de História — da Academia Paulistana de História, Ver-dienstkreuz — da República Federal da Alemanha, e Al Mérito — da Universidade Nacional Autônoma do México.*